



Vidigal libera R\$ 2,8 bilhões para pagar precatórios

27/01/2006

O presidente do Conselho da Justiça Federal, ministro Edson Vidigal, liberou nesta sexta-feira (27/1) R\$ 2,8 bilhões para o pagamento de precatórios alimentares. Os recursos irão beneficiar cerca de 90 mil pessoas em todo país. O dinheiro estará à disposição na rede bancária já na próxima terça-feira (31).

Os R\$ 2,8 bilhões para o pagamento dos precatórios de natureza alimentar resultam de ações judiciais relativas a pensões, aposentadorias e benefícios contabilizados como salários. Mais da metade desse valor, cerca de R\$ 1,5 bilhão, corresponde ao pagamento de benefícios previdenciários — precatórios pagos em ações movidas contra a Previdência Social. Ao todo, são aproximadamente R\$ 2,1 bilhões em precatórios de entidades públicas federais e R\$ 618 milhões em precatórios da União.

Esse montante supera em mais de 40% os valores pagos em precatórios alimentares no ano passado, que girou em torno de R\$ 1,7 bilhão. Dessa quantia, R\$ 674 milhões foram precatórios da União e aproximadamente R\$ 1 bilhão das entidades federais.

Os recursos destinados aos precatórios alimentares em 2006 não correspondem ainda à totalidade dos precatórios deste ano — os processos de precatórios não-alimentares somente serão liberados no mês de fevereiro.

São ao todo 83 entidades federais responsáveis pelos pagamentos dos precatórios de natureza alimentar, dentre universidades federais, fundações e autarquias federais. Depois do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, o segundo maior valor em precatórios alimentares será pago pelo INSS (R\$ 282,8 milhões), naquelas ações que não contemplam os segurados da Previdência, em geral aquelas movidas pelos próprios funcionários do Instituto. O terceiro maior pagador de precatórios alimentares em 2006 será a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (R\$ 32,7 milhões), seguida pela Universidade Federal de Santa Catarina (R\$ 10 milhões) e também, via de regra, referem-se a processos ajuizados pelos funcionários dessas instituições.

O saldo das sentenças da Justiça Federal que envolve pagamento de valores pela União e suas entidades demonstra um crescimento ainda mais significativo na procura pela Justiça, se levar em conta as RPVs — Requisições de Pequeno Valor — espécie de precatório para ações de pequeno valor, que ao contrário dos precatórios não são inscritas no orçamento do ano seguinte, mas são pagas em 60 dias após a sua requisição. No balanço de 2005, cerca de R\$ 3,8 bilhões foram pagos em RPVs na Justiça Federal, montante 25% superior ao total pago em 2004, que foi de pouco mais de R\$ 3 bilhões. As RPVs pagas no ano passado beneficiaram mais de 600 mil pessoas em aproximadamente 467 mil ações.

O maior responsável por esse crescimento são as ações judiciais movidas contra a Previdência Social. Dos R\$ 3,8 bilhões pagos em RPVs no ano de 2005, a maior fatia dessa conta, cerca de

R\$ 3,1 bi, foi paga pelo Fundo do Regime Geral da Previdência.

Na Justiça Federal, a emissão de RPVs acontece principalmente nos Juizados Especiais Federais, juízos criados para atender a causas inferiores a 60 salários mínimos, nos quais a pessoa não precisa de advogado para ingressar com ação.

Confira os números

Precatórios alimentares pagos em 2006:

Da União:

Na 1ª Região (DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO, AP)

R\$ 174.742.924,40

Na 2ª Região (RJ, ES)

R\$ 148.287.705,20

Na 3ª Região (SP, MS)

R\$ 18.726.248,00

Na 4ª Região (RS, PR e SC)

R\$ 159.387.963,13

Na 5ª Região (PE, CE, AL, SE, RN e PB)

R\$ 116.365.649,82

Total de precatórios alimentares da União: R\$ 617.510.490,00

Das entidades federais:

Na 1ª Região: R\$ 484.800.220,00

Na 2ª Região: R\$ 54.159.000,00

Na 3ª Região: R\$ 613.205.500,00

Na 4ª Região: R\$ 924.442.500,00

Na 5ª Região: R\$ 115.828.000,00

Valores pagos por entidade:

Fundo do Regime Geral de Previdência Social: R\$ 1.548.061.698,81

Instituto Nacional do Seguro Social: R\$ 482.849.875,93



Universidade Federal do Rio Grande do Sul: R\$ 32.750.310,81

Fundação Nacional de Saúde: R\$ 16.613.316,56

Universidade Federal de Santa Catarina: R\$ 10.044.170,26

Universidade Federal de Santa Maria: R\$ 9.544.720,60

Inst.Bras.do Meio Amb.e Rec.Nat.Renováveis: R\$ 8.659.503,17

Universidade Federal do Paraná: R\$ 7.058.234,41

Fundação Nacional do Índio: R\$ 6.214.850,60

Instituto Nac. de Colonização e Ref. Agrária: R\$ 5.900.083,02

Universidade Federal de Minas Gerais: R\$ 4.749.402,22

Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN: R\$ 4.678.664,52

Universidade Federal do Rio de Janeiro: R\$ 4.338.286,94

Banco Central do Brasil: R\$ 3.847.628,13

Universidade Tecnológica Federal do Paraná: R\$ 3.620.092,81

Universidade Federal de Pernambuco R\$ 3.516.701,15

Instituto Brasileiro de Turismo: R\$ 3.087.713,89

Universidade Federal do Rio Grande do Norte: R\$ 2.890.229,30

Universidade Federal do Ceará: R\$ 2.867.231,95

Fundação Universidade Federal de Uberlândia: R\$ 2.750.271,26

Fundação Universidade do Rio Grande: R\$ 2.488.802,49

Fundação Universidade de Brasília: R\$ 2.424.745,82

Universidade Federal do Pará: R\$ 2.333.541,61

Fundação Universidade Federal de Pelotas: R\$ 1.969.920,56

Departamento Nac. de Obras contra as Secas: R\$ 1.687.719,87

Universidade Federal de Alagoas: R\$ 1.535.059,78

Centro Fed. de Educação Tecnológica de Campos: R\$ 1.343.600,39

Instituto do Patrimônio Hist. e Art. Nacional: R\$ 1.126.650,51



Fundação Universidade Federal de Viçosa: R\$ 1.107.617,95

Universidade Federal do Espírito Santo: R\$ 1.045.845,03

Fundação Inst.Bras.de Geografia e Estatística: R\$ 1.017.929,71

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: R\$ 843.557,00

Universidade Federal da Bahia: R\$ 826.759,27

Escola Técnica Federal do Ceará: R\$ 684.196,29

Fundação Universidade Federal de Rondônia: R\$ 682.175,38

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso: R\$ 542.412,79

Centro Fed.de Educação Tecnológica de Pelotas: R\$ 529.375,64

Superintendência de Seguros Privados: R\$ 523.442,69

Centro Federal de Educ.Tecnol.do M.Grosso: R\$ 455.135,81

Colégio Pedro II: R\$ 378.510,03

Fund.Coord.de Aperf.de Pessoal Nível Superior: R\$ 346.030,36

Centro Fed.Educação Tecnológica S.Vicente Sul: R\$ 305.806,60

Universidade Federal Rural do Semi-Árido: R\$ 290.832,77

Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá: R\$ 262.274,11

Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: R\$ 259.544,18

Centro Federal de Educaç.Tecnológica da Bahia: R\$ 251.070,08

Centro Fed.de Educ.Tecnol.Celso S.da Fonseca: R\$ 243.305,27

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: R\$ 230.308,87

Fundação Universidade do Rio de Janeiro R\$ 223.534,06

Departamento Nacional de Produção Mineral: R\$ 220.886,96

Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes: R\$ 198.488,53

Universidade Federal de Goiás: R\$ 191.745,62

Centro Federal de Educação Tecnolog.Rio Pomba: R\$ 191.713,42

Universidade Federal da Paraíba: R\$ 190.873,17



Universidade Federal de Juiz de Fora: R\$ 182.424,16

Centro Federal de Educação Tecnol. de Alagoas: R\$ 165.987,99

Instituto Nacional da Propriedade Industrial: R\$ 159.246,47

Centro Fed.de Educação Tecnológica da Paraíba: R\$ 123.370,97

Universidade Federal Fluminense: R\$ 116.783,51

Escola Paulista de Medicina: R\$ 114.363,12

Centro Federal de Educ. Tecnol. de São Paulo: R\$ 112.173,21

Escola Agrotécnica Federal de Barbacena: R\$ 109.047,87

Centro Fed.de Educ.Tecnol.de Minas Gerais: R\$ 90.637,88

Universidade Federal Rural da Amazônia: R\$ 84.285,60

Universidade Federal de Alfenas: R\$ 81.537,69

Fund.Fac.Fed.de Ciências Médicas de P.Alegre: R\$ 81.455,30

Escola Agrotécnica Federal de Sertão: R\$ 78.188,77

Escola Agrotécnica Federal de Cáceres: R\$ 72.057,70

Centro Federal de Educação Tecnol.de Januária: R\$ 68.676,92

Escola Agrotécnica Federal de Sombrio: R\$ 59.728,05

Fundação Universidade Federal de Ouro Preto: R\$ 42.377,38

Fundação Universidade do Maranhão: R\$ 44.125,70

Escola Agrotécnica Federal de Satuba: R\$ 41.292,70

Centro Federal de Educação Tec.de B.Gonçalves: R\$ 41.070,19

Conselho Nac.de Desenv.Cientif.e Tecnológico: R\$ 40.634,45

Inep-Inst.Nac.de Estudos e Pesq.Educacionais: R\$ 33.933,35

Fundação Alexandre de Gusmão: R\$ 33.533,51

Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim: R\$ 32.729,57

Centro Fed. de Educação Tecnológica do Pará: R\$ 32.424,51

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: R\$ 30.942,16



Fundação Universidade Federal de São Carlos: R\$ 29.489,10

Depto.Nac.de Infra Estrut.e Transportes - DNIT: R\$ 19.307,60

Centro Fed.de Educ.Tecnológica de S.Catarina: R\$ 11.946,21

Total de precatórios alimentares das entidades federais: R\$ 2.193.130.170,60

Total de precatórios alimentares pagos em 2006 (consolidado): R\$ 2.810.679.513,00

Requisições de Pequeno Valor (RPVs) pagas em 2005:

Na 1a Região: R\$ 539.166.822,00

Na 2a Região: R\$ 724.405.809,00

Na 3a Região: R\$ 1.203.879.641,00

Na 4a Região: R\$ 971.581.117,00

Na 5a Região: R\$ 363.813.551,00

Total: R\$ 3.802.846.939,00

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2006-jan-27/vidigal_libera_28_bilhoes_pagar_precatorios/